FRONTEIRA SUL EM RESENHA * 3/2026
ISSN 3086-6634

UM ESTUDO HISTÓRICO SOBRE AS AÇÕES INDÍGENAS CONTRA A EXPROPRIAÇÃO DE TERRAS KAINGANG EM NONOAI

Erickson G. Müller[1]

Referência:
COSTA CURTA, Jussara. **Continuidade e mudança do território Kaingang do Rio Grande do Sul**: um estudo de caso do aldeamento de Nonoai. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de História. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

O texto intitulado *Continuidade e Mudança do Território Kaingang do Rio Grande do Sul: Um Estudo de Caso do Aldeamento de Nonoai* é um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Graduação em História escrito por Jussara Costa Curta, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e foi defendido em 2012, sob a orientação da Profa. Dra. Adriana Schmidt Dias, Doutora em Arqueologia pela Universidade de São Paulo (USP) e Professora Titular do Departamento de História da UFRGS. O objetivo do estudo é analisar o processo de expropriação das terras tradicionais Kaingang na Província do Rio Grande do Sul com a institucionalização da Lei de Terras de 1850, sobretudo no período de 1848 a 1889. A pesquisa busca compreender as concepções de territorialidade e identificar estratégias de resistência e negociação utilizadas pelos povos tradicionais para a manutenção de seu espaço, concentrando seu estudo especialmente no aldeamento de Nonoai.

A delimitação temporal é dada para investigar o processo de expropriação do território nativo Kaingang num momento de grande expansão da ocupação territorial escravagista do centro norte do Rio Grande do Sul e analisar as diferentes estratégias, tanto de resistência quanto de negociação, mobilizadas pelos indígenas para a manutenção de suas terras

[1] Acadêmico de Ciência da Computação - UFFS - Campus Chapecó - erickson@estudante.uffs.edu.com

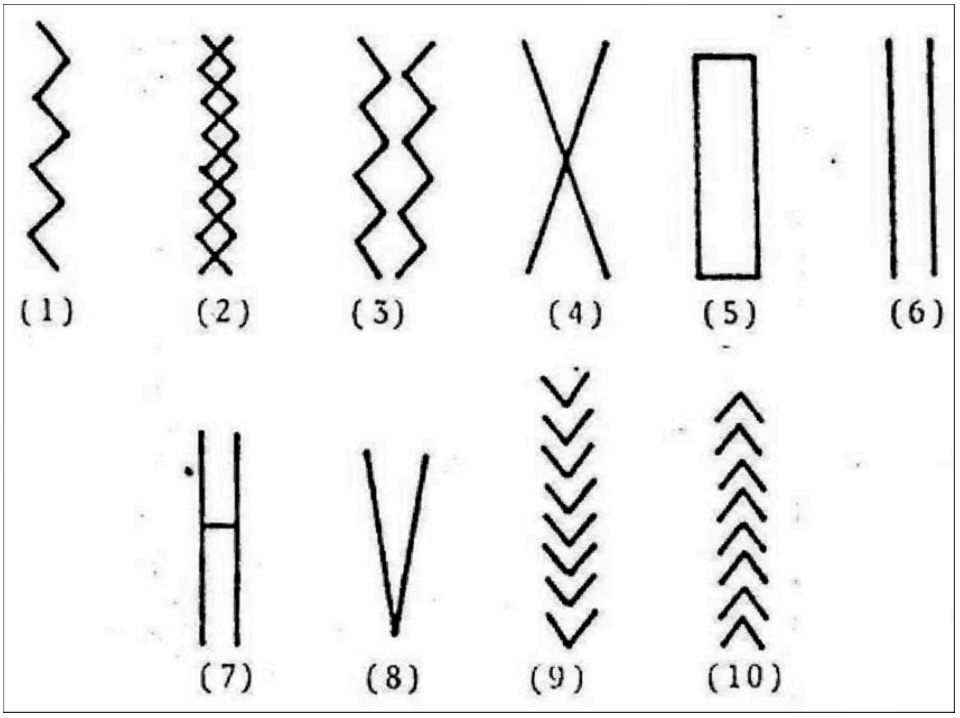
tradicionais. A escolha pelo aldeamento de Nonoai, segundo a autora, justifica-se pelo fato de este ser um dos territórios em que os povos indígenas promoveram mais ações e reações frente à expropriação territorial, permitindo compreender a organização indígena e sua resistência diante do contexto histórico mais amplo de espoliação dos territórios indígenas no sul do Brasil.

Com base na literatura especializada, Juçara Costa Curta assinala que a filiação linguística dos Kaingang ao Tronco Macro-Jê e à Família Jê meridional revela uma trajetória histórica que remonta originalmente ao Brasil Central, em áreas localizadas entre as bacias dos rios São Francisco, Araguaia e Tocantins (pg. 8). De acordo com modelos de reconstrução linguística, esse grupo teria se separado de outros “povos Jê” há cerca de três mil anos, iniciando um longo processo migratório rumo ao sul do continente. Essa movimentação não foi aleatória, pois os grupos buscaram regiões de planalto no Sul do Brasil devido à semelhança com o seu habitat de origem, permitindo assim a manutenção de padrões de adaptação e subsistência já consolidados.

A autora fundamenta a tese da continuidade de tradições na história dos Kaingang através da apresentação da chamada "Tradição Taquara", identificada pelos arqueólogos pela presença de pequenos vasos cerâmicos e estruturas de terra. O elemento mais emblemático dessa tradição são as "casas subterrâneas", moradias escavadas em regiões de altitude acima de 500 metros que serviam como uma proteção engenhosa contra os invernos rigorosos do Planalto Meridional. As pesquisas levantadas pelo autor demonstram que as áreas destas ocupações pré-históricas, que remontam ao século II d.C., coincidem geograficamente com os territórios ocupados pelos Kaingang em períodos posteriores, comprovando raízes culturais milenares na região (p. 23).

O texto demonstra que a ocupação histórica dos Kaingang no sul do Brasil apresenta uma relação de profunda integração com o meio ambiente, coincidindo com a distribuição das florestas de araucária (p. 13). Essas matas eram essenciais para a subsistência do grupo, mas também para seu sedentarismo, dado que o pinhão é um recurso alimentar que servia tanto para a nutrição imediata quanto para provisões em estações de escassez. O ambiente florestal das terras altas oferecia proteção contra o clima frio e os fortes ventos da região, influenciando inclusive o modelo de construção das moradias do grupo. O valor desses pinheirais era tão expressivo para a

população indígena que esse recurso era rigorosamente dividido entre as tribos, com limites demarcados por meio de símbolos inscritos nas cascas dos pinheiros através de marcações e pinturas que identificavam o grupo dos ocupantes da área (p. 19), tal como na *figura a seguir* reproduzida pela autora na página 18, cuja fonte são os escritos sobre os Kaingang do Engenheiro belga, Pierre Mabilde, que atuou entre 1848 e 1853 na expansão das colônias no nordeste e norte do Rio Grande do Sul, publicados em 1893.



As denominações atribuídas aos grupos Jê Meridionais eram variadas e, inicialmente, eram determinadas pela ótica dos colonizadores. Historicamente, foram identificados, segundo a autora, pelo historiador Pedro Lozano como "Guaianá" (p. 16), termo que englobava diversas tribos com costumes e línguas distintas dos Guarani. Entretanto, até meados do século XIX, a denominação que se tornou generalizada na Província do Rio Grande do Sul e em outras partes do Império foi a de "Coroados". O termo "Kaingang" só começou a surgir na bibliografia a partir de 1882, sendo consolidado posteriormente como uma designação genérica para os diversos grupos de dialetos aparentados e filiados ao tronco linguístico Jê.

Segundo a autora, a estrutura política dos Kaingang no século XIX era organizada em pequenas tribos compostas por núcleos familiares e parentes próximos. Cada uma dessas unidades possuía seu próprio cacique local que respondia hierarquicamente a um cacique principal. Este cacique central exercia autoridade direta sobre a gestão de todo o território, sendo responsável por indicar o local específico que cada tribo subordinada deveria habitar. A estabilidade das relações dependia de um complexo sistema de visitas periódicas de caráter político; quando uma guerra era declarada entre as tribos, tais visitas eram suspensas por ordem do cacique principal. A autora pontua que eram frequentes os conflitos entre os indígenas da região, envolvendo tanto dissidências internas quanto disputas territoriais contra grupos rivais de outras etnias, como os Xokleng e os Guarani.

Os ciclos da natureza determinavam em grande medida o modo de subsistência dos kaingang do século XIX e influenciavam as formas de exploração de diferentes ecossistemas. A agricultura era praticada em terrenos elevados, onde se cultivavam diversas variedades de milho, feijão, abóbora e amendoim. A coleta desempenhava um papel central na dieta e na cultura, com destaque absoluto para o pinhão, o alimento mais prestigiado e cuja exploração seguia regras rígidas de propriedade territorial (p. 19). Além do pinhão, o grupo coletava mel, palmito, corós, raízes e uma grande variedade de frutos sazonais, como o araçá, a pitanga e a guabiroba. A obtenção de proteína animal se dava principalmente por meio da caça de espécies animais como a anta, o porco, o tatu e a paca, além da pesca realizada durante os meses de verão em rios próximos ou mais afastados das aldeias.

É possível perceber como a autora, reiteradamente, lembra o leitor que a noção de propriedade dos povos originários se afasta da noção hegemônica ocidental:

> Para as comunidades indígenas, a terra representa muito mais do que um simples meio de subsistência. É o elemento essencial, pois representa o suporte da vida social e está diretamente ligada ao sistema de crenças e conhecimento. Logo, a terra não é apenas um recurso natural, mas está diretamente ligada ao cotidiano como um todo interligado, representando a base da vida sociocultural (p. 23).

O território é, portanto, um espaço carregado de conteúdo simbólico e histórico, estruturado por explicações míticas fundamentais, como a do grande dilúvio, no qual os antepassados Kaingang sobreviveram ao buscar o

cume da serra Krinjijimbé (Serra do Mar), que sobressaía das águas. Diferentemente da visão puramente geográfica e utilitária da sociedade colonizadora, para o indígena, segundo a autora, a relação com o território tradicional é vital para a afirmação de sua identidade étnica e de seus modos de vida.

Para Jussara Costa Curta, não se pode confundir a noção dos Kaingang sobre a propriedade territorial com o conceito capitalista de propriedade privada, pois aqueles defendiam o direito de uso coletivo do território. Ter uma propriedade comum do solo não significava uma ausência de normas, pelo contrário, existiam direitos precisos e definidos que regulavam o acesso ao espaço. A partilha dos pinheirais entre as tribos constituía um sistema de direitos comunitários que assegurava que todos os membros tivessem acesso aos recursos fundamentais, garantindo que as gerações futuras recebessem a herança desse território.

O texto descreve como o Estado fez uso de mitos historiográficos para legitimar o deslocamento dos povos indígenas, especialmente as noções de "nomadismo" e de "vazio demográfico". O nomadismo foi usado como argumento para justificar a expropriação de terras e a destituição do direito dos nativos sobre o solo. Também o vazio demográfico é apresentado como um discurso oficial que visava ocultar a presença indígena, tratando as terras do planalto como "devolutas" ou desabilitadas para viabilizar uma ocupação produtiva pela lógica dos colonizadores. O estudo critica esses mitos, argumentando que os Kaingang já eram agricultores antes do contato com os europeus e que o Estado Provincial ignorou as evidências arqueológicas de ocupação milenar (pg. 26-27).

A Lei de Terras de 1850 institucionalizou a exclusão das comunidades indígenas ao estabelecer novos princípios para a ocupação do solo que favoreciam a mercantilização da terra. A lei exigia a comprovação de "morada habitual" e "cultura efetiva" para a legitimação das posses, parâmetros que ignoravam a lógica territorial da sociedade nativa (pg. 31). Como as atividades fundamentais dos Kaingang como a caça, a pesca, a coleta sazonal e a mobilidade geográfica não se enquadravam na vida sedentária exigida pelo projeto de agricultura permanente proposto pela nova lei, seus roçados e habitações tradicionais não foram considerados ocupações legítimas. Essas

terras, consideradas agora "devolutas"[2], foram disponibilizadas pelo Estado para a expansão do latifúndio e projetos de colonização europeia, criando um conflito com os indígenas que reagiram em defesa de seu território ancestral (pg. 31).

O aldeamento de Nonoai, localizado no extremo noroeste do Rio Grande do Sul, foi fundado em 1848 e posteriormente ratificado pela Lei de Terras de 1850. Sua criação foi resultado de uma política provincial que buscava concentrar as populações indígenas em áreas reduzidas na tentativa de minimizar contatos violentos e garantir mais segurança para a ocupação colonial. Essa política possibilitou aos colonos, principalmente alemães e italianos, estabelecer áreas de colonização e fundação de municípios na região. O aldeamento, pelo caráter reducionista e de isolamento, facilitava o desenvolvimento de infraestruturas planejadas para o projeto colonizatório, como a abertura de estradas ligando as Províncias do Rio Grande e de São Paulo (pg. 33). Com esse apontamento, a autora explicita como a migração e o estabelecimento indígena para a região foi fruto de decisões políticas dos governos provinciais e imperial.

O início do aldeamento de Nonoai foi marcado por conflitos e invasões territoriais violentas. Um caso notório de abuso de poder foi o de Cipriano Rocha Loures, o primeiro diretor do núcleo, que aproveitou sua posição para cercar três léguas das terras mais férteis do aldeamento em benefício próprio. Loures foi descrito como um grande manipulador, utilizando-se de ameaças e perseguição armada para forçar a dispersão dos nativos, chegando a destruir suas habitações para garantir a posse dos campos (pg. 38). Concomitantemente, o avanço de fazendeiros posseiros como Clementino Pacheco, que se apoderou de terras reclamadas pelos indígenas sem que o governo tomasse as devidas providências na gestão do conflito, gerou hostilidades que terminaram em tragédias. A resistência Kaingang manifestou-se de forma violenta quando o indígena Pedro Nicofim matou Pacheco e outras cinco pessoas, evidenciando que o grupo reagia com vigor contra a expropriação de seus territórios e de seus meios de subsistência (pg. 39).

As táticas para garantir a manutenção do território Kaingang foram personificadas por figuras de lideranças como os caciques Nonoai, Doble e

[2] Terras pertencentes à União.

Condá. O Cacique Nonoai destacou-se por sua liderança histórica na defesa das terras de seus antepassados, legitimando a posse dos campos por meio de vínculos de nascimento e ancestralidade. Simultaneamente, líderes como Vitorino Condá e Doble adotaram estratégias de colaboracionismo, atuando como mediadores e "batedores" junto às autoridades provinciais e colonizadores em troca de segurança, alimentos e gratificações para seus grupos. O estudo cita o caráter ambíguo de Cacique Doble: ao mesmo tempo em que colaborava com o governo na captura de grupos "arredios", participava de "correrias" (ataques violentos contra fazendas e lotes coloniais) para resistir à expropriação de suas áreas de caça e coleta (pg. 42). Dessa forma, a ação indígena se manifestou na capacidade de alternar entre a diplomacia e o uso da força física, transformando o aldeamento em um espaço de negociação e resistência estratégica frente às pressões da colonização expansionista.

O estudo conclui que os Kaingang não foram passivos frente à perda de suas terras, mas sim sujeitos ativos que desenvolveram lógicas e comportamentos próprios em reação às adversidades impostas pela colonização e expansão da sociedade nacional. Dentro da estrutura dos aldeamentos, esses grupos reelaboraram estratégias de sobrevivência, utilizando seus espaços não apenas como locais de assentamento, mas como uma forma tática de manter parte de seu território original e estabelecer um campo necessário de negociação com a sociedade envolvente para garantir sua existência física e cultural. A resistência indígena manifestou-se por meio de ações diversificadas e complexas, que incluíram desde alianças estratégicas e colaboracionismo com autoridades provinciais até atos de resistência direta e violenta, demonstrando que os Kaingang lutaram ativamente pela preservação de seus interesses e terras tradicionais. Essa postura histórica de protagonismo fundamenta a relevância atual do grupo, que hoje continua mobilizando a concepção tradicional de território para lutar pela demarcação e recuperação de suas terras ancestrais.

O texto representa bem como este povo permanece como o grupo indígena mais numeroso do Sul do Brasil e a maior representação da família linguística "Macro-Jê". Com uma população estimada em aproximadamente 29 mil indivíduos distribuídos por dezenas de áreas entre São Paulo e o Rio Grande do Sul, o grupo transformou sua resiliência demográfica em um motor para novas reivindicações, tal como demonstra a força da representação destas comunidades no movimento indígena. Percebe-se como o estudo

contraria a noção comum acrítica de que os povos originários foram agentes passivos da imposição colonizadora e demonstra, com exemplos, como esses povos tiveram ações de resistência e negociação determinantes em sua história. Atualmente, os Kaingang buscam intensificar alianças institucionais e sociais para garantir a demarcação de espaços tradicionais ainda disponíveis, não demarcados ou objeto de litígio, utilizando argumentos que unem a memória dos antepassados aos seus próprios significados socio-cosmológicos. Recomenda-se, além da leitura deste texto, os estudos referenciados pelo autor.